



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681415 - SP (2021/0226866-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : EPAMINONDAS JOSE MARCAL ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EPAMINONDAS JOSE MARCAL ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EPAMINONDAS JOSE MARCAL ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 150073193.2020.8.26.0559).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos, 2 meses e 15 dias de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que a condenação utilizada para fundamentar os maus antecedentes foi extinta há mais de 18 anos, ultrapassando o período depurador, não devendo ser considerada para exasperar a pena-base.

Aduz, ainda, que o paciente faria jus à incidência da causa especial de diminuição de pena pelo tráfico privilegiado, uma vez que o fundamento para a negativa foi, exclusivamente, os maus antecedentes.

Alega que estaria autorizado o abrandamento do modo prisional, em obediência às Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante juntou apenas a sentença, deixando de colacionar a cópia do acórdão impugnado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência